

Conflito de grupos prejudica a Sistematização

Foto de Gilberto Alves

BRASÍLIA — O conflito entre os dois grupos de relatores designados pelo Deputado Bernardo Cabral para auxiliá-lo nos trabalhos preliminares da Comissão de Sistematização atingiu ontem um ponto crítico: os chamados relatores-adjuntos, identificados como "progressistas", proibiram à direção do Prodasen (Centro de Processamento de Dados do Senado) de atender a qualquer parlamentar integrante do grupo de relatores de campo, tidos como "conservadores".

Os relatores adjuntos, ou "Grupo dos Quatro", é formado pelos senadores Fernando Henrique Cardoso, José Ignácio Ferreira e Wilson Martins e pelo Deputado Nelson Jobim. Eles se reuniram ontem no Prodasen e decidiram desconhecer o trabalho dos relatores de campo, ou "Grupo dos Oito". Por isso, determinaram à direção do Prodasen que só atenda a parlamentares que apresentem autorização por escrito do relator da Sistematização, Bernardo Cabral.

Pouco depois que a determinação chegou à direção do Prodasen, o Deputado Konder Reis, do PDS de Santa Catarina, integrante do "Grupo dos Oito" quis realizar um trabalho e recebeu a resposta de que deveria procurar Cabral. E ontem mesmo os quatro relatores-adjuntos encomendaram ao Prodasen um amplo levantamento dos pontos conflitantes das comissões, que entrou noite a dentro.

Hoje, às 15 horas, eles se reúnem outra vez, mas já com a presença do Presidente do partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães, para debater a situação e formalizar a revolta com a decisão de Cabral. Este, por sua vez, está convidado para o en-



O Senador Fernando Henrique, de branco, reúne seu grupo e decide desconhecer o bloco de 'conservadores'

contro pelos jornais, pois foi procurado em Belo Horizonte e Rio de Janeiro pelos quatro parlamentares durante todo o dia sem êxito, de acordo com declarações deles.

A confusão foi maior ontem depois que os quatro parlamentares — chamados por Cabral para auxiliá-lo logo após a sua eleição para relator da Comissão de Sistematização — souberam que a Deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ) havia sido designada para relatar os trabalhos da Comissão da Família, Ciência e Tecnológica, Educação e Cultura e Comunicação — a única que não chegou ao final dos trabalhos.

O Deputado Nelson Aguiar (PMDB-ES), alinhado a Nelson Jo-

bim, Ignácio Ferreira e Fernando Henrique Cardoso, enviou uma carta ao primeiro, dizendo que a decisão de Cabral era inaceitável e que resultaria na revolta daqueles que votaram a favor do substitutivo do relator Artur da Távola, rejeitado pela Comissão. Pouco depois, a própria Sandra Cavalcanti, ao lado de Artur da Távola, rejeitava a proposta de Cabral, reclamando que era anti-regimental e que ela fora convidada pela imprensa.

— Só fico se a Comissão, como um todo, assim o decidir — afirmou a Deputada.

Fernando Henrique, Jobim, Ignácio e Martins decidiram ainda que vão procurar convencer Cabral a

mudar a sua posição em relação a textos conflitantes de comissões diversas sobre o mesmo tema. Os relatores-adjuntos entendem que cada assunto deve ser examinado separadamente, enquanto Cabral acha que uma vez identificado o conflito de decisões, deve-se dar prevalência à da comissão competente para estudar o tema. Exemplo: o voto distrital e o proporcional, que são definidos em comissões distintas. Pela tese de Cabral, deveria prevalecer, então, o da Comissão da Organização Eleitoral e Garantia das Instituições, relatada pelo Deputado Prisco Viana (PMDB-BA). Para os relatores auxiliares, o assunto deve ser reexaminado.

Irapuan leva 'moderados' a procurar caminhos que facilitem o entendimento

BRASÍLIA — O grupo "moderado" da Comissão da Ordem Econômica começa a buscar o diálogo com os integrantes da Comissão de Sistematização, para acertar posições de entendimento com vistas a garantir as propostas aprovadas por eles nas próximas etapas da Constituinte. O autor do substitutivo para Princípios Gerais da Ordem Econômica, Senador Irapuan Costa Júnior (PMDB-GO), pretende conversar hoje com o Relator Bernardo Cabral (PMDB-AM), para dizer que a radicalização ocorrida foi "conjuntural" e não expressa os ideais dos "moderados" na Constituinte.

— Optamos pela radicalização como uma estratégia necessária diante do estado de ânimo dos "progressistas" da Comissão. Eles estavam muito exaltados e ficamos temerosos pelo que poderia acontecer naquele plenário. Daí, resolvemos não polemizar e, como tínhamos a maioria, aprovamos os substitutivos ao relatório de Severo Comes — disse Irapuan Costa Ju-

nior.

Ele foi o único dos articuladores do grupo "moderado" que permaneceu em Brasília para retomar os entendimentos em nível da Comissão de Sistematização. Costa Júnior afirmou que as propostas aprovadas na Ordem Econômica não expressam o desejo do grupo e precisam ser aperfeiçoadas em diversos aspectos. Como principais pontos a serem revistos ao longo da Constituinte, o Senador apontou a definição de empresa nacional e todos os dispositivos sobre a Reforma Agrária.

— A estratégia que adotamos nos levou a partir do ponto zero para chegar ao meio termo no final da Constituinte — afirmou.

Nesta fase, o grupo "moderado" vai manter o diálogo com praticamente todas as correntes ideológicas da Constituinte. Segundo Irapuan, só não há condição de entendimento com o grupo que classifica de "xixita", formado pelos partidos de esquerda, como o PT, PDT, PCB e PC do B.

Chiarelli quer reunir PFL para influir na elaboração da Carta

BRASÍLIA — O líder do PFL no Senado, Senador Carlos Chiarelli (RS), sugeriu ontem ao Presidente do Partido, Senador Marco Maciel (PE), a realização de uma reunião com os 22 pefelistas que integram a Comissão de Sistematização. O objetivo, segundo ele, é fazer uma análise das propostas encaminhadas à Comissão, para que os parlamentares possam discutir os pontos que o Partido gostaria de ver incluídos na futura Constituição.

— A idéia não é buscar a uniformidade, que é uma

característica autoritária, mas a unidade — afirmou.

Segundo Chiarelli, o Partido identificaria nas propostas, aquelas que ajustam-se ao programa partidário — mandato presidencial, por exemplo —, e recomendaria uma posição aos seus parlamentares. Discutiria ainda os pontos de "foro íntimo", como a pena de morte.

A sugestão da reunião agradou ao Senador Marco Maciel, afirmou Chiarelli. Num primeiro momento, a discussão abrangeria ape-

nas os membros de Sistematização. Depois, seria marcado outro encontro, para o Partido estender a mesma discussão à bancada na Constituinte.

Chiarelli acredita que, na Comissão de Sistematização, a tendência volta-se para a negociação.

— Alguns relatórios mais conservadores vão ser condimentados com um molho mais reformista. Os relatórios revolucionários terão que ser atenuados com alguns dados fornecidos por setores moderados — afirmou.

Freire pretende novo texto para reforma agrária

BRASÍLIA — O novo Ministro da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Marcos Freire, decidiu se empenhar na tarefa de convencer os constituintes a rejeitarem o texto sobre reforma agrária aprovado pela Comissão da Ordem Econômica. Ele está coordenando pessoalmente a elaboração de um documento de sugestões sobre o assunto, que será encaminhado primeiramente à Comissão de Sistematização e, depois, a cada um dos 559 constituintes.

A informação foi dada ontem pelo Presidente do Incra, José Eduardo Raduan, para quem, se este texto da Comissão de Ordem Econômica vier a ser aprovado definitivamente pela Constituinte, a reforma agrária ficará inviabilizada no País.

— O máximo que poderá haver é um arranjo agrário e não reforma agrária, enfatizou.

No entanto, tanto ele quanto o Ministro Marcos Freire têm esperança de que a proposta da Comissão será alterada. Além de elaborar um novo documento de sugestões, que substituirá o que havia sido encaminhado anteriormente pelo Ministério e pelo Incra, o Ministro Marcos Freire e sua equipe também estão avaliando a correlação de forças na Comissão de Sistematização, para pesar os votos contra e a favor da reforma agrária.

Executiva do PMDB convoca hoje Convenção

BRASÍLIA — A Comissão Executiva do PMDB reúne-se hoje às 11 horas para formalizar a convocação da Convenção Nacional do partido para os dias 18 e 19 de julho, encerrando, assim, uma discussão interna que já dura mais de dois meses. O ponto de discórdia entre as duas correntes majoritárias peemedebistas é o mandato do Presidente Sarney: o grupo "moderado", favorável aos cinco anos reivindicados por Sarney, não quer uma definição a respeito e a ala "progressista" insiste em discutir o assunto, na expectativa de que o resultado venha a ser pelos quatro anos.

A Convenção Nacional do PMDB vai ser realizada, entretanto, tendo como primeiro item da pauta as questões programáticas do partido na Constituinte, deixando em segundo plano a discussão do mandato. A alteração na pauta resultou de uma negociação com o Presidente Ulysses Guimarães, que defendia o adiamento da Convenção. Agora ela está sendo convocada em função do pedido de mais de um terço de seus membros, conforme documento entregue à Direção do partido pelo Deputado Maurício Fruet (PR). Os parlamentares "progressistas" concordam em que a prioridade deve ser dada à atuação da bancada do PMDB na Constituinte.